

# CALCANHAR DE AQUILES DA GERAÇÃO 1870: MACHADO DE ASSIS E O PROBLEMA DA RECEPÇÃO DO REPERTÓRIO EXTERNO

Daniel Pinha<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a crítica que Machado de Assis apresenta à Geração de 1870, especialmente no texto “A nova geração” (1879). Trata-se de um contexto de efervescência do discurso de modernidade no Brasil, animado pela circulação de um repertório cientificista apreendido como moderno, por um sentimento de crise política e esgotamento do modelo romântico. Para Machado, a produção letrada de Silvio Romero expressa este sentimento, por isso ele será tomado aqui como exemplo-síntese da nova geração. Se no caso brasileiro a direção das novas ideias reconhecidamente vem de fora, em Machado tal vocação eleva a tarefa receptiva e em sua capacidade de confrontar o novo repertório às particularidades do meio brasileiro, constituindo uma forma. Eis o Calcanhar de Aquiles da Geração de 1870, sobre o qual o presente artigo se desenvolve.

**Palavras-Chave:** Machado de Assis; geração de 1870; modernidade brasileira.

## ACHILLES HEEL OF GENERATION 1870: MACHADO DE ASSIS AND THE EXTERNAL REPERTOIRE RECEPTION PROBLEM

**Abstract:** The article analyzes the criticism that Machado de Assis presents to the 1870 Generation, especially in the text “The New Generation” (1879). It’s about a context of effervescence of the discourse of modernity in Brazil, animated by the circulation of a scientificist repertoire seized as modern, by a feeling of political crisis and exhaustion of the romantic model. For Machado, Silvio Romero's literate production expresses this sentiment, so he will be taken here as a exemple synthesys of the new generation. If, in the Brazilian case, the direction of the new ideas admittedly comes from outside, as Machado acknowledges, such vocation elevates the receptive task, that is, in its capacity to suit the new repertoire to the particularities of the Brazilian milieu and a form. This is the Achilles Heel of the Generation of 1870, on which this article develops.

**Keywords:** Machado de Assis; generation 1870; brazilian modernity.

---

\* O texto corresponde aos resultados parciais do projeto de pesquisa Disputas intelectuais das gerações de 1870 no Brasil: história, cultura, nação e modernidade em debate, financiado pela FAPERJ.

<sup>1</sup> Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio (2012), Professor de História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A década de 1870 foi um momento de efervescência do discurso de modernidade no contexto intelectual brasileiro. Era o momento de questionar a vitalidade dos pressupostos românticos, tidos como passado a ser superado, em nome da afirmação de um novo presente, atualizado em relação ao repertório intelectual europeu. Na passagem abaixo, Silvio Romero consagra o sentido da ruptura moderna requisitado pela Geração de 1870.

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo, a filosofia espiritualista a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo, a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo a mais individual oposição, o romantismo com seus dons enganosos e encantadores cismares a mais apagada desavença... De repente um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofrimento do Império aparece com toda a sua nitidez. *Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçava sobre nós de todos os pontos de horizonte* [Grifo Meu] (ROMERO, 1900: XXIII-XXIV).

Há aqui manifestado desejo de rompimento com o passado romântico e imperial, em todos os aspectos possíveis. Política e letras aparecem de maneira inseparável, isto é, o Romantismo representa a base mental das instituições monárquicas que, ao critério de Romero, começa a arrefecer junto com o próprio regime. O “bando de ideias novas” pairava sobre todos os lugares, abarcando o questionamento da filosofia eclética e religiosa dos românticos, pautada agora nos princípios do materialismo positivista e nos novos parâmetros cientificistas. À nova geração importava, sobretudo, 1) definir que *status quo* político e mental deveria ser superado, realizando, para isso, um diagnóstico da condição brasileira até então; 2) decidir sobre o modo de apropriação do repertório científico europeu (tido como moderno) no debate brasileiro, inserindo as experiências humanas na nova ordem do mundo, pautada nas classificações das ciências da natureza. Caberia ao grupo da Faculdade de Direito do Recife ou de São Paulo, ou aos publicistas republicanos da Corte – que se autoproclamavam membros da nova geração – promover um novo corte temporal, moderno, lido à luz dos vários “ismos” disponíveis no repertório científico europeu, tais como o determinismo, materialismo, darwinismo, positivismo e spenciarianismo<sup>2</sup>. Ou seja, a

<sup>2</sup> Angela Alonso (2002) destaca o que há de brasileiro na leitura empreendida das novidades tidas como modernas no Ocidente Europeu daquele contexto. Ela enfatiza a capacidade do contexto local proceder a uma

condição de afirmação do novo é a recepção adequada desse repertório, mas não somente isso: caberia aos homens de letras a inserção do pensamento brasileiro no movimento maior da Civilização, isto é, no processo maior de desenvolvimento das ideias do Ocidente. Aos letrados de sua época, segundo Romero, caberia empreender um esforço de atualização, ante a um processo que lhe era anterior e superior.

Ganha destaque na década de 1870, fundamentalmente, uma questão que atravessa o debate letrado brasileiro oitocentista desde os primeiros românticos e avança nos movimentos culturais modernistas do século XX: a tensão entre contexto social brasileiro e assimilação de repertório conceitual europeu/Ocidental – do “bando de ideias novas”. A nação moderna que se conforma através das letras identifica o presente como tempo de definição do particular (brasileiro) e, possivelmente, de uma ruptura; tal presente se conecta há um passado e a um futuro como se estes fossem partes constituintes de um único processo histórico (Ocidental). Tal movimento distingue aquilo que Reinhart Koselleck tem qualificado em seus trabalhos como *experiência de modernidade*:

A modernidade confere ao passado como um todo uma qualidade de história universal. Com isso, a novidade de uma história que, cada vez que se produz, pensa a si mesma como nova, reivindica um direito sempre crescente sobre o conjunto da história. (...) Uma vez registradas historicamente novas experiências, presumivelmente jamais feitas antes, tornou-se possível compreender também o passado como fundamentalmente diferente. Isso levou a que, no horizonte do progresso, as épocas tivessem que ser expressas em sua singularidade. O diagnóstico do novo tempo e a análise das eras passadas se correspondiam mutuamente (KOSELLECK, 2006: 287).

No caso brasileiro esta experiência de modernidade, quando associada ao problema da identidade nacional, não apenas confere sentido singular ao presente e em conexão a um processo histórico, como carrega uma *necessidade de confronto* entre os lugares de produção e assimilação das ideias – trazendo à tona, assim, o reiterado problema anunciado por Roberto Schwartz sobre as “ideias fora do lugar”. Para Schwartz, a condição periférica

---

decisão seletiva em relação às novas teorias, ressignificadas em acordo com as exigências políticas locais. “Qual fator determinou o sucesso de certas teorias e não de outras?” (ALONSO, 2002: 34), indaga a autora, ressaltando que o bando de ideias novas se constitui, inseparavelmente, com um pé lá e outro cá. Há, portanto, aliado ao desejo de ruptura moderna, um sentimento, comum aos integrantes da nova geração, de que as mudanças se operam com base no novo repertório europeu e em adequação à agenda político-social brasileira. A esse respeito, ver ALONSO (2002).

brasileira impõe não só diferenças, mas distorções na circulação das ideias, refletindo uma disparidade – um princípio de incoerência – no pensamento brasileiro, marcado pela escravidão e suas heranças, e as ideias do liberalismo europeu – uma “comédia ideológica diferente da europeia” (SCHWARTZ, 2006: 12). Aqui as ideias estariam sempre fora do lugar, diante de uma importação artificial e inconsistente.

Esta *necessidade do confronto* vem adquirindo sentido mais amplo quando apreendida à luz do procedimento analítico que Elias Palti chamou, contemporaneamente, de “história-das-ideias-das-ideias-fora-do-lugar” (PALTI, 2007: 306): as ideias estão sempre fora do lugar porque, em uso, parcialmente desencaixadas de seu contexto matricial de enunciação. A questão deixa de ser a busca de uma aplicação coerente das ideias em seus lugares, para a admissão da lógica do desvio, ampliada a qualquer lugar ou situação histórica. Para Palti, uma leitura tradicional da história das ideias latino-americanas – como a concepção schwarziana de ideias fora do lugar – cobra das ideias americanas que elas apliquem corretamente a matriz conceitual que lhe é estranha. Procedendo desse modo, encontrará sempre contradições, posto que as particularidades das experiências históricas nunca possam satisfazer à universalidade dos princípios conceituais (PALTI, 2007: 290). O contexto de experiência apareceria, nesse sentido, como lugar da aplicação desses princípios, considerando apenas os conteúdos semânticos do discurso, não o funcionamento deles em seus usos.

Desde la perspectiva exclusiva de los contenidos semánticos de los discursos, entre ‘ideias’ y ‘realidad’, entre ‘texto’ y ‘contexto’, solo existiría una relación mecánica externa. El ‘contexto’ aparece aquí solo como una especie de escenario exterior para el despliegue de las ideas (que conforman el ‘texto’). Entre uno y otro nivel no hay aún verdadera interpenetración (PALTI, 2007: 291).

Palti requisita das ideias que elas estejam em contínuo confronto com o contexto de experiência, sem que sejam compreendidas exclusivamente por seu conteúdo semântico e referencial, admitindo perfurações em função dos usos e atribuições que lhes são conferidos socialmente. São fundamentais para Palti, nesse sentido, as condições de apropriação, circulação e articulação dos discursos em ação; ou seja, o contexto americano oitocentista produziu, em suas condições de experiência, usos específicos de conceitos como liberalismo e modernidade, em atendimento a necessidades próprias e diversas das da

Europa – o que não implica em demérito, atraso ou explicação histórica para o subdesenvolvimento americano.

O debate em torno da produção e apropriação das ideias, a partir da experiência de modernidade vivenciada no contexto intelectual brasileiro, está no cerne da crítica de Machado de Assis à Geração de 1870. Em “A nova geração”, artigo publicado pela *Revista Brasileira* em 1879, essa crítica aparece de maneira mais sistematizada; em Silvio Romero, Machado identifica o exemplo-síntese de uma forma apressada e estéril de recepção do novo, expressão de um sentimento de ruptura moderna compartilhado pelos novos da década de 1870<sup>3</sup>:

Não se contendo em apresentar apenas a divergência, o Sr. Silvio Romero examina uma por uma das bandeiras hasteadas, e prontamente as derruba; nenhuma pode satisfazer as aspirações novas. A revolução foi parca de ideias, o Positivismo está acabado como sistema, o Socialismo não tem sequer o sentido altamente filosófico do Positivismo, o Romantismo transformado é uma fórmula vã, finalmente o idealismo metafísico equivale aos sonhos de um histérico; eis aí o extrato de três páginas (ASSIS, 1962: 812).

Positivismo, romantismo, socialismo, idealismo metafísico, todos se transformam em fórmulas vãs, se examinadas sob a leitura romeriana. A Machado incomoda, sobretudo, a pressa, uma leitura apressada associada à pressa moderna que expressa um desejo de ruptura e, por consequência, esvaziamento do passado. Se a mudança é uma necessidade vital, a mudança apressada seria um retrocesso. O ato de refutar o presente ou querer romper com o passado não parece suficiente para a afirmação de uma condição propriamente moderna. Tampouco, a relação entre obra literária e espírito do tempo poderia ser aceita como novidade máxima dos anos 1870, tendo em vista o investimento teórico dos românticos, desde um século antes, na historicização das formas artísticas e literárias.

A resposta de Silvio Romero viria anos depois<sup>4</sup>, em 1897, em um livro dedicado à obra de Machado. Em *Machado de Assis- Estudo comparativo de literatura brasileira*, o

---

<sup>3</sup> Sobre a obra de Silvio Romero, ver: CANDIDO (1988); SCHNEIDER (2005); TURIN (2009).

<sup>4</sup> Alberto Schneider distingue “A nova geração” como um dos primórdios da desavença entre os dois literatos brasileiros: “Em ‘A nova geração’, artigo de 1879, originalmente publicado na *Revista Brasileira*, um Machado que ainda não havia assumido o ar do Conselheiro Aires, com seu ‘tédio a controvérsia’, embora se apresentasse como homem maduro, atacou vertiginosamente os ‘moços’, talvez particularmente indisposto com o desbragado cientificismo de um deles, que, em 1869, havia publicado um livro de poesias chamado

título expressa o principal objetivo de seu autor, isto é, investigar minuciosamente a obra do romancista mais afamado de sua época<sup>5</sup>, examinado agora sob o critério nacionalista<sup>6</sup> e comparado a um gênio injustiçado, Tobias Barreto. Romero desenha ali um Machado antiquado, síntese do prolongamento das ideias românticas em decadência, em meio a um rico momento de ebulição das novas tendências<sup>7</sup>.

E são destes e de outros exageros, tão comezinhos ainda hoje entre nós, que vão provocando a reação de que o presente livro é apenas um caso. *Filho retardatário do romantismo*, Machado de Assis não é, nem podia ser, um dos novos apóstolos do sistema no Brasil; *era fatal que fosse apenas um prolongamento dele em sua decadência. Espectador do nascer e do envolver das novas tendências também não foi o provocador delas* (ROMERO, 1992: 33).

De acordo com Alberto Schneider, Machado e Romero apresentaram respostas diferentes para lidar com questões políticas e intelectuais associadas aos problemas que mobilizavam a agenda nacional daquele período, isto é, o declínio do escravismo, a abolição e, interligada a ambas, a recepção do repertório cientificista (SCHNEIDER, 2018: 453). Para o autor, as diferenças entre os letrados se revelam de diversas maneiras, seja na maneira de compreender o lugar da ciência na conformação de uma nova ordem do mundo,

---

*Cantos do fim do século*. O moço era Silvio Romero, que aos vinte anos publicara seu primeiro livro e único texto propriamente literário” (SCHNEIDER, 2005: 100).

<sup>5</sup> Para Romero, a fama literária de Machado teria causado prejuízos a sua obra, por produzir um olhar complacente em relação aos seus diversos equívocos literários. Desse modo, ele dispõe seu livro à tarefa de confrontar a obra machadiana, pondo em xeque uma unanimidade apática. Nas palavras de Romero: “Daí uma lacuna em sua carreira e uma falha em sua obra: não teve o momento de luta, o aprendizado do combate, nunca se viu contestado, nunca teve que terçar em armas; falta-lhe esse elemento dramático em sua vida, essa diferenciação do sofrimento em seu caráter. Daí a placidez, a quietude, quase pudera acrescentar, a estagnação de toda a sua obra, já hoje bastante avultada. (...) Tem recebido muitos elogios, quantos deles perfeitamente banais; mas não tem sido análises; tem sido encomiado, mas não tem sido estudado. E de tanto é que um homem de seu merecimento há mister. Quem já o estudou a luz de seu meio social, da influência de sua educação, de sua psicologia, de sua hereditariedade fisiológica e étnica, mostrando a formação, a orientação normal de seu talento?” (ROMERO, 1992: 55-6).

<sup>6</sup> Segue um trecho em que Romero explica o que entende por critério nacionalista: “O nîsus central e ativo de Machado de Assis é de brasileiro, e como tal se revela no caráter essencial de sua obra de mestiço e até em várias roupagens exteriores quando ele assesta sua observação mais diretamente para as coisas pátrias.” (...) “Ele não fica maior, mais imortalizado com essas metafísicas da crítica; é um produto normal, genuíno de seu tempo, de seu meio; e a história da inteligência brasileira desde o século XVII até hoje tem contado espíritos mais poderosos, que nem por isto ficaram inexplicáveis” (ROMERO, 1992: 316-318).

<sup>7</sup> De acordo com Helio Guimarães (2017), a dura crítica de Romero, enxergando um Machado anacrônico e imitativo, abre caminho para a crítica futura, dividida entre aqueles que enfatizavam a relação entre forma social e ficção e outros que destacavam as fontes literárias e filosóficas de corte universalista. Machado se torna uma figura de exceção pelo “efeito equívoco” de sua obra assinalado por Romero, dando vazão a interpretações das mais diversas, por vezes opostas.

seja na forma de entender a postura do homem de letras diante dessas mudanças, seja através da perspectiva narrativa adotada pelos dois autores. No entender do historiador, em Romero há o deslocamento da abordagem que considera a naturalização da diferença e da desigualdade dos escravos para trazê-la ao critério racial em moldes científicos modernos; em outras palavras, o binômio desigualdade/diferença não viria mais da velha ordem escravocrata, mas da moderna ciência (Idem, 479). Em suas palavras: “o sentido político e histórico da modernidade de Silvio Romero esteve na reposição da desigualdade, ou melhor, na modernização do princípio da desigualdade.” (Idem, 481). Machado, em contrapartida, “foi uma espécie de anti-Romero” (Idem, 482) não apenas recusando a retórica oitocentista do progresso, como também o discurso racialista e cientificista associados a ela – incluindo suas repercussões em âmbito literário, notadamente por meio do realismo e do naturalismo – assentando seus argumentos à natureza histórico e social dos fenômenos sociais. Visto por seus opositores como “absenteísta” e com “tédio a controvérsia”, ironizava com recursos ficcionais o olhar deslumbrado do homem moderno diante do progresso e da ciência. Machado e Romero divergiam também acerca da postura do letrado diante dos problemas de seu tempo: enquanto o primeiro ressaltava a necessidade do homem de letras assumir uma postura militante, ensinando os brasileiros a admitirem uma nova conduta orientada em direção à Europa do Norte, Machado, ao contrário, assumiria uma postura dialógica com o leitor (SCHNEIDER, 2016: 65), sem que as soluções dos problemas nacionais já estivessem a disposição do leitor a priori. Nas palavras de Alberto Schneider.

Não se trata apenas de uma diferença de estilos, abordagens ou capacidades, mas de diferentes funções atribuídas ao texto. Romero escrevia imbuído de uma missão: incitar a ação. Machado, ao contrário, foi muito menos suscetível aos discursos hegemônicos, menos interessado nas grandes teorias explicativas, antes disposto a flagrar a universalidade do homem nas suas estratégias veladas, no cálculo escondido atrás da generosidade ou da ingenuidade, no jogo das aparências e no interesse de classes dissimulado (SCHNEIDER, 2016: 65).

Reconhecendo tais divergências, meu objetivo mais imediato no presente artigo, no entanto, não é lançar luz à polêmica e embate direto entre Machado de Assis e Silvio Romero, cujos desdobramentos se tornariam conhecidos quase vinte anos depois da abertura da contenda – entre 1879 e 1897. Darei destaque, nestas linhas, ao enfoque

machadiano e isto significa considerar Romero menos como antagonista direto do que como exemplo-síntese e expressão de um movimento mais amplo compartilhado por uma geração. O que estava em jogo para Machado em 1879, a princípio, não era uma revisão crítica da – até então curta – produção letrada de Romero, mas sim o questionamento da posição da Geração de 1870 ante a *apreensão do novo repertório de ideias vindos de fora* -, notadamente, do novo paradigma científico europeu, solicitado pela nova geração brasileira como principal quadro de referências associado ao estatuto moderno. Tendo em vista que, para Machado, *o movimento do novo no Brasil é necessariamente apreendido, e não criado*, o tema central incitado pelo exame machadiano é o da necessária recepção criativa, adequada ao meio social e à experiência histórica brasileira acumulada enquanto “pecúlio”. Em Machado, a discussão avança para um caminho ainda mais amplo, importando-lhe compreender sobre a maneira através da qual uma nova geração (em qualquer época) pode (e deve) apropriar-se do passado que rompe e de um repertório de ideias que lhe é exterior.

O entusiasmo da nova geração, provocado pelo sentimento de ruptura moderna com o passado, é considerado vantajoso por Machado. Há, portanto, virtude nesse impulso para o novo, embora ele não seja satisfatório para dar forma e unidade ao movimento. Tal qualidade positiva incorpora, igualmente, outro problema: a pressa – como vimos na breve passagem acima sobre Silvio Romero –, ou seja, a leitura apressada do novo repertório, inimiga frontal da ponderação e da recepção crítica. Eis o ponto de maior vulnerabilidade da nova geração, segundo Machado, e é sobre este *Calcanhar de Aquiles* que versa o presente artigo.

### **Silvio Romero e o sentido da ruptura moderna: mestiçagem como sintoma do atraso, branqueamento como ideia de progresso**

De acordo com Antonio Candido toda a primeira fase da obra de Silvio Romero, situada basicamente na década de 1870, é dedicada ao movimento contra o Romantismo e uma proposição crítica em bases modernas para a literatura brasileira, de modo que um estaria em função do outro, isto é, para a proposição das bases modernas, seria necessário explodir os pressupostos teóricos românticos (CANDIDO, 1988: 3). Estariam aí as bases para o desenvolvimento dos conceitos de raça, meio e evolução histórica, chaves fundamentais para a sua obra. Em *História da Literatura Brasileira*, publicado

primeiramente em 1888, Silvio Romero reúne de maneira sistematizada reflexões que apareciam de maneira esparsa em escritos da década de 1870. A reflexão sobre a literatura – o conceito de literatura é entendido aqui de maneira ampla, para além de um estatuto ficcional, como conjunto das manifestações da inteligência de um povo – poderia servir como um instrumento não apenas para pensar a inserção do Brasil no processo histórico da Civilização, *mas também para atualizar* o pensamento brasileiro em relação ao conjunto de novidades modernas. Nas palavras de Romero:

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, *tem sido um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do continente.* Essa adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende-se a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. *Da imitação, tumultuária do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia.*

A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos (ROMERO, 1902: 10).

A abertura ao influxo externo de ideias europeias aparece aqui como uma espécie vocação brasileira. A história do pensamento brasileiro é a história da adaptação das ideias europeias em solo americano – confirmando, como veremos adiante, a posição de Machado de Assis de que “o influxo externo é que determina a direção do movimento”. Romero exige do pensador brasileiro a capacidade de filtrar da doutrina europeia o que deve sobreviver no espaço nacional, comparando tal escolha ao princípio de seleção natural das espécies de Darwin. Visto por este lado, é central a vocação brasileira de aquisição e recepção das ideias civilizadas. Por outro lado, é a mesma “darwinização da crítica” que indica a diferença qualitativa de sua leitura, impregnada pelo novo: o inevitável diálogo com o método moderno, próprio à geração a que ele pertence, é “uma realidade tão grande quanto é a da biologia”, tal qual impulsos naturais impostos ao homem. Trata-se de uma decisão sobre a qual o intelectual de sua época não consegue reagir, pois a incorporação da crítica moderna seria um caminho sem volta.

No parágrafo imediatamente anterior ao citado acima, é possível avançar na proposição romeriana:

*Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país [Grifo meu] (ROMERO, 1902: 10).*

Não por acaso, intitula-se “Teorias da história do Brasil” o capítulo de onde foram retirados os dois fragmentos mencionados acima, acentuando que a preocupação de Silvio Romero era reunir e sistematizar uma história literária, mas, mais do que isso, ele visava elucubrar sobre uma teoria da história literária no Brasil e do pensamento brasileiro como um todo. A ambiguidade brasileira está claramente explícita: qualquer problema histórico e literário no Brasil tem duas faces, uma geral – a do processo histórico universal capitaneado pelo momento europeu – e outra particular – conformada pela situação nacional. A particularidade da nação brasileira estaria sempre pautada pelo confronto com uma universalidade – traço distintivo da *experiência de modernidade* no Brasil, como vimos aqui na introdução. O novo repertório garante a passagem do “servilismo mental” a “seleção literária e científica”. Se na época colonial predominava o espírito de imitação servil ao elemento português, o salto do presente histórico tematizado pela Geração 1870 é a transformação da imitação servil em imitação selecionada. A vantagem que permite o salto ante aos antepassados é a existência do novo repertório, ainda que ao contexto intelectual brasileiro caiba impor a seleção do que deve sobreviver no novo ambiente.

No capítulo sobre “A filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro” vemos esse princípio ser ampliado em nome da afirmação de uma concepção de história.

*As ações humanas são regidas por um complexo de leis que inconscientemente para nós atiram-nos no caminho da vida como uns quase atores. Mas a história, que não é uma cadeia de fatos sempre novos e desarmônicos com seus antecedentes, como já se pretendeu, será certo que se repita? Os dados estatísticos não podem chegar até aí; a marcha da história é evolucionar, e tanto basta para que não haja repetição, como não existe disparatada incoerência [Grifo meu] (ROMERO, 1902: 29).*

A história é compreendida como marcha progressiva, nulificando a possibilidade de repetição dos fatos passados. Se a trajetória ascende em linha reta, o futuro superior é sempre diferente do presente e do passado. Na passagem acima, depreendemos um traço intenso também presente em *A literatura e a crítica moderna*, seu livro de 1880: a força das leis, do princípio ordenador, supera o caos de acontecimentos históricos sobre o qual o

historiador se debruça. A força das leis é tão grande que ele chega a afirmar: “as ações humanas são regidas” por elas, pelas leis. Desse modo, configura-se como objetivo central de Silvio Romero realizar a busca desse sentido explicativo, da lei que está por trás de todos os acontecimentos do passado, para, em seguida, vê-la em funcionamento nas diferentes etapas da história literária brasileira.

É em busca desse sentido explicativo que Romero delimita os fatores da literatura brasileira, título de um importante capítulo de sua *História*.

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns dos representantes do africanismo entre nós, a dos negros em um Novo Mundo.

*É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextitária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias.* Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.

Tudo quanto há contribuído para a *diferenciação nacional* deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este *critério novo* [Grifo meu] (ROMERO, 1902: 4).

Para Silvio Romero, o brasileiro é resultado da mistura das três raças que carregam em si, cada qual, uma herança biológica imanente. Os outros fatores da definição do nacional seriam o meio físico e o contato com povos do exterior. A constituição do nacional passaria, necessariamente, pelo que o autor define por mestiçagem, do sangue ou das ideias. O sentido dessa mestiçagem consistiria na apreensão de que a soma das diversidades raciais, aliada às condições do ambiente natural local, resultaria no surgimento de um elemento distinto e uno, o brasileiro. Em outras palavras, o nacional, o brasileiro, seria produto homogêneo e íntegro da soma dessas diferenças, capazes de distinguir um novo caráter.

Para Romero, o destino da mestiçagem definidora do caráter brasileiro mestiço é um só: o fim. A soma dessas diferenças que constituem o brasileiro terá no futuro uma dissolução e, em seu lugar, haverá o domínio da raça que Romero considera superior, a branca. A teoria do branqueamento romeriana indica a relevância da ideia de progresso contida na sua concepção de história. Estes são pontos especialmente desenvolvidos no

capítulo VI, do livro primeiro da *História da Literatura Brasileira*, intitulado “Raças que constituíram o povo brasileiro – o mestiço”:

*‘O lugar de honra deve ser dado ao português; porque ele, sem ser ‘o único, é o principal agente de nossa cultura. (ROMERO, 1902: 57) (...)*

*As raças americanas são um produto do meio americano (ROMERO, 1902: 61) (...)*

*O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele (ROMERO, 1902: 74).*

*O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico de africanos e com a imigração europeia, que promete continuar [Grifo Meu] (ROMERO, 1902: 76).*

As diferenças entre os povos eram vistas por meio de uma escala de valores bem definida, a partir do binômio inferioridade/superioridade. Os brancos possuíam uma marcante herança de seus ancestrais que, por terem tomado posse do território mais privilegiado em termos de meios naturais, tornaram-se a raça mais avalizada para disseminar sua superioridade nos quatro cantos do mundo. Nesta linha de raciocínio, o português representaria a herança branca na formação do brasileiro, por isso o seu lugar de destaque. No futuro a tendência era o desaparecimento de raças consideradas inferiores, como o negro e, principalmente o índio, prevalecendo, pela seleção natural, apenas o branco, raça mais forte e capaz de lidar com as adversidades do clima e do solo brasileiro. Dito de outro modo, o principal sinal da evolução do brasileiro seria o apagamento de toda e qualquer heterogeneidade em sua formação, com a consolidação do branco, puro e homogêneo. Na constituição do *brasileiro* vemos o funcionamento pleno do molde civilizatório: não há, meramente, a tensão por meio do contato entre uma nova cultura, formada a partir do contato com outras; o contato define uma hierarquia, uma escala de valores negativos e positivos, cuja tendência é que o tempo e o processo civilizador dessem conta, progressivamente, do apagamento das diferenças, prevalecendo os tipos superiores.

É como se a experiência histórica brasileira estivesse em choque com a civilização, com a reconhecida vitória da segunda, pois é o contato com ela e com o novo repertório moderno, que fornece a chave teórica para a compreensão do nacional, cabendo à crítica comprová-la (a lei) pela análise dos fatos. Na história literária romeriana, o passado é ressignificado pelas perspectivas do presente, com vistas à construção de um novo futuro.

Este futuro, porém, não é tão aberto<sup>8</sup>: ele redundará na confirmação de um princípio já conhecido no presente, e cujo passado teria deixado de herança, a saber, a preponderância da origem branca. Ao afirmar este ponto de vista monolítico, a história de Romero desautoriza uma completa independência do futuro em relação ao passado, posto que a experiência do devir é antecipada pela égide da inevitável determinação.

Podemos dizer, em linhas gerais, que a experiência da modernidade brasileira em Silvio Romero se define pelo confronto com o repertório europeu e por um justo *encaixe na diferença* entre a escala histórica nacional e processo histórico Ocidental. Tal diferença distingue não apenas o exterior, mas uma superioridade, respaldada pela escala de valores admitida no conceito de civilização<sup>9</sup>. A inclusão do critério racial confirma a ideia de progresso contida em seu argumento, pois a teoria do branqueamento expõe a diferença superior do futuro em relação ao presente. Trata-se de uma condição inevitável, definida naquele presente experimentado por ele e pela Geração de 1870: um presente que se singulariza pela atualização ante a crítica moderna vinda de fora, isto é, pela *justa assimilação* do repertório científico europeu. Mas também em acordo com a particularidade do nacional, isto é, levando em consideração a condição miscigenada do caráter brasileiro, fadada ao fim pelo próprio fluxo do tempo, pela própria predominância da raça branca tida como superior e mais civilizada.

### **Machado de Assis diante da Geração 1870: o problema da recepção como Calcanhar de Aquiles**

Quando Machado de Assis publicou pela primeira vez o texto “A nova geração”, na edição de dezembro de 1879 da *Revista Brasileira*, ele já era um romancista bastante conhecido por seus contemporâneos, ainda que sem a mesma notoriedade da década de 1880, conhecida a partir da publicação de *Memórias Póstumas de Bras Cubas* (1883). Até 1879, Machado publicara os seus quatro primeiros romances: *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). Como crítico literário, no entanto, sua produção já durava cerca de vinte anos – se considerarmos como estreia a publicação n’ A

---

<sup>8</sup> Sobre a noção de “futuro aberto” característica da concepção moderna do conceito de história, ver KOSELLECK (2006).

<sup>9</sup> Sobre a história do conceito moderno de civilização e a relação com a ideia de progresso, ver: STAROBINSKI (2001).

*Marmota* de “O Passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, de 1858. Na década de 1860, Machado exercitou intensamente a atividade jornalística em revistas como *O Espelho*, *O Futuro* e *Revista Dramática*, mas foi no *Diário do Rio de Janeiro* que ele explorou de maneira mais regular a crônica política e a crítica de romances, poesias e textos dramáticos.

Em 1873, Machado publica seu artigo de crítica mais importante “Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”, em que apresenta um balanço crítico sobre a situação histórica da literatura brasileira até aquele momento<sup>10</sup>. De alguma maneira, as questões postas em “A nova geração”, de 1879, dialogam com pontos elucidados pelo “Instinto de Nacionalidade”, como podemos notar nas duas passagens abaixo. A primeira de 1873:

Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo do Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo [Grifo meu] (ASSIS, 1962: 801).

As passagens a seguir estão em “A nova geração”:

Há entre nós uma nova geração poética, geração viçosa e galharda, cheia de fervor e convicção. Mas haverá também uma poesia nova, uma tentativa, ao menos? Fora absurdo negá-lo; há uma tentativa de poesia nova, - uma expressão incompleta, difusa, transitiva, alguma coisa que, se ainda não é o futuro, não é já o passado. Nem tudo é ouro nessa produção recente; e o mesmo ouro nem sempre se revela de bom quilate; não há um fôlego igual e constante; mas o essencial é que um espírito novo parece animar a geração que alvorece, o essencial é que esta geração não se quer dar ao trabalho de prolongar o ocaso de um dia que verdadeiramente acabou” [Grifo meu] (ASSIS, 1962: 809-10).

A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, não pode esquivar-se às condições do meio; afirmar-se-á pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, mas o influxo externo é que determina a direção

---

<sup>10</sup> O artigo “Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade” foi publicado pela primeira vez em Nova Iorque, na edição de 24 de março de 1873, da Revista *O Novo Mundo*. O texto resultava de uma encomenda feita pelo editor do periódico, José Carlos Rodrigues. Machado dirigia-se a um público estranho ao debate letrado brasileiro, mas trazia em seu texto o acúmulo de uma produção crítica que já contava quinze anos. Há no “Instinto de Nacionalidade” um notório esforço de síntese, não só do momento literário brasileiro da década de 1870, mas de tudo o que já se produzira nas letras tupiniquins até aquele momento. Ver PINHA (2012); e BAPTISTA (2003).

*do movimento: não há por ora em nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas* [Grifo meu] (ASSIS, 1962: 813).

Quatro temas fundamentais chamam a atenção nas duas passagens: o lugar da natureza local e do meio como manancial para inspiração poética; a lenta e gradativa conquista de uma fisionomia própria ao pensamento nacional, obra de muitas gerações que “trabalharão para ela até perfazê-la de todo”; o diagnóstico de que o influxo externo é que determina a direção do novo movimento; e o conselho para que a nova geração não deixe de lado as condições próprias ao meio brasileiro. Este último ponto é interessante de sublinhar: mesmo diante de variados trabalhos que abordavam a cor local e o Brasil no Romantismo Brasileiro, desde pelo menos a década de 1830, Machado pedia para que os novos não se furtassem em considerar as condições do meio. A consideração sobre o meio, em Machado, exige uma decisão crítica dos novos, o que não significa, simplesmente, trazer assuntos nacionais para a pauta do debate letrado. Se Machado identifica no *instinto de nacionalidade* um traço distintivo fundamental das letras brasileiras – argumento do texto de 1873 – é porque, para ele, o problema central não era explorar o meio brasileiro, mas sim a possibilidade de tomá-lo a partir de em uma forma moderna adequada àquelas condições – daí a pergunta feita em 1879 “Mas haverá também uma poesia nova, uma tentativa, ao menos?”

A outra independência brasileira, referida por Machado no “Instinto de Nacionalidade”, a se constituir paulatinamente por mais de uma geração, incluiria, como requisito essencial, a presença do influxo externo. O desafio principal da nova geração não seria anular a importância do *influxo externo* – nesse sentido, ele se aproxima de Silvio Romero, conforme exposto linhas acima. Nos termos de Machado “O influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora no nosso ambiente a força necessária a invenção de doutrinas novas”: decerto que o “instinto” não contrapõe o “influxo”, mas complementa-o, é a face brasileira de um movimento que lhe é externo e que se traduz, é adaptado, se refaz em terras brasileiras. Esse *impulso estranho* deu a direção a movimentos renovadores anteriores ao da Geração de 1870. O impulso mantém-se e renova-se, consolidando-se como uma presença, como ele afirma em “A nova geração”.

Do que fica dito resulta que há uma inclinação nova nos espíritos, um sentimento diverso no dos primeiros e segundos românticos, mas não há

ainda uma feição assaz característica e definitiva do movimento poético. Esta conclusão não chega a ser agravo à nossa mocidade; *eu sei que ela não pode por si mesma criar o movimento e caracteriza-lo, mas sim receberá o impulso estranho, como aconteceu às gerações precedentes*. A de 1840, por exemplo, só uma coisa não recebeu diretamente do movimento europeu de 1830: foi a tentativa de poesia americana ou indiática, tentativa excelente, se tinha de dar alguns produtos literários apenas, mas precária, e sem nenhum fundamento, se havia de converter em escola, o que foi demonstrado pelos fatos. *A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, não pode esquivar-se às condições do meio; afirmar-se-ia pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, mas o influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas* [Grifo meu] (ASSIS, 1962: 813).

Não se sabe ao certo no que dará a circulação daquele *bando de ideias novas*. Se a direção do movimento vem de fora, é de lá que se determina a sua aceleração, transformação ou esgotamento. Sem saber o que pode acontecer, a única convicção de Machado é que haverá frutos deixados por essa geração a que irá lhe suceder.

Não é possível determinar a extensão nem a pertinência do atual movimento poético. *Circunstâncias externas podem acelerá-lo ou defini-lo; ele pode também acabar ou transformar-se*. Creio, ainda assim, que alguns *poetas sairão deste movimento e continuarão pelo tempo adiante a obra dos primeiros dias*. Grande parte deles hão de absorver-se em outras aplicações mais concretas [Grifo meu] (ASSIS, 1962: 836).

Na perspectiva machadiana, a contínua presença do *impulso estranho* confere peculiaridade ao meio brasileiro, mas Machado não define, a partir desta presença, uma condição brasileira atrasada ao que é externo. Em Machado, a não criação não é necessariamente negativa, ao contrário, veremos em sua obra crítica a defesa do funcionamento do princípio imitativo, desde que bem executado – nos termos de João Cezar de Castro Rocha, uma poética da emulação<sup>11</sup>. O fato de a direção das ideias vir de uma matriz externa não torna o pensamento além, aquém ou atrasado. Machado conta, nesse sentido, com a capacidade da cultura brasileira de apropriar-se desse *impulso estranho* e transformá-lo em contato com o meio brasileiro. O que está em jogo é um modo de compreender como a literatura, bem como a cultura brasileira em geral, lidava com esse

<sup>11</sup> Nos termos de João Cezar de Castro Rocha (2013: 169): “A organização inovadora de elementos preexistentes revela-se mais produtiva do que a ânsia pela criação de elementos novos, esclarecendo a centralidade da *inventio* na poética da emulação”.

influxo externo de ideias, ou seja, como a cultura brasileira se apropria do repertório literário e intelectual que lhe é acessível no presente e no passado.

Machado ressaltava, em 1879, que não havia no ambiente intelectual brasileiro oitocentista “a força necessária para a invenção de doutrinas novas”: a cultura brasileira era essencialmente *receptiva*. Com Silvio Romero, tal inserção considera o desenvolvimento desse processo à luz do conceito de civilização, trazendo consigo a ideia de progresso e as referências de atraso/avanço, como se pairasse sobre todos os povos um processo comum de aperfeiçoamento contínuo. Nesse processo, e considerando as suas condições históricas, o Brasil se posicionava frente à civilização enquanto filho empenhado em adquirir a modernidade vinda do polo avançado civilizado, a Europa. À literatura e ao debate brasileiro caberá realizar um esforço de atualização, ante o processo que lhe era anterior e superior. Ainda que Machado admita a necessidade de assentar as ideias brasileiras no percurso ocidental, em contato contínuo com o pecúlio universal, com ele leremos a problematização e o distanciamento dessa perspectiva civilizatória, principalmente a ideia de progresso que lhe é intrínseca. O progresso, além de supor a automática superioridade do presente em relação ao passado, esvaziando o discernimento crítico do presente, porque impulsionado pelo movimento inevitável da modernidade, elimina o espaço de tensão constitutiva da experiência moderna, pois o futuro redentor, imaginado a partir do presente, elimina o polo negativo que constitui qualquer experiência histórica.

Isso não significa uma recusa de Machado ante ao sentimento moderno proposto pelos novos da década de 1870.

Falta unidade ao movimento, mas *sobram confiança e brilho*; e se as ideias trazem às vezes um cunho de vulgaridade uniforme, outras um aspecto de incoercível fantasia, *revela-se, todavia, esforço para fazer alguma coisa que não seja continuar literalmente o passado. Essa intenção é já um penhor de vitória* [Grifo meu] (ASSIS, 1962: 835).

O entusiasmo da nova geração, provocado pelo sentimento de ruptura moderna com o passado, é considerado vantajoso por Machado. Há virtude nesse impulso para o novo, embora ele não seja satisfatório para dar forma e unidade ao movimento.

De envolta com isto [esgotamento do modelo romântico], ocorreu uma circunstância grave, o desenvolvimento das ciências modernas, que *despovoaram o céu dos rapazes*, que lhe deram diferente noção das

*coisas, e o sentimento que de nenhuma maneira podia ser o da geração que os precedeu. Os naturalistas, refazendo a história das coisas, vinham chamar para o mundo externo todas as atenções de uma juventude, que já não podia entender as imprecisões do varão de Hus; ao contrário, parece que um dos caracteres da nova geração intelectual terá de ser um otimismo, não só tranquilo, mas triunfante (ASSIS, 1962: 810).*

Para Machado, o movimento moderno só se torna pleno no meio brasileiro se admite, necessariamente, uma recepção não precipitada, se souber adequar a novidade ao sabor da reflexão ponderada, isto é, se as novas ideias vindas de fora não se deixarem dirimir pela pressa. Machado alerta para o perigo do deslumbramento apático, do otimismo bobo que retira a possibilidade de reação intelectual diante desse cientificismo moderno: eis o risco principal que corre a nova geração brasileira da década de 1870, ao absorver o novo repertório científico moderno.

O que Machado põe em xeque é uma recepção passiva desse repertório e a transformação da cultura brasileira em laboratório dessas teorias. O problema estaria numa posição confortável dos letrados ante a adesão ao novo, geradora de um otimismo apático. Em Silvio Romero, isto se revela de maneira exemplar.

*Não é outro o ponto controverso, e depois de ter refutado todas as teorias, o Sr. Silvio Romero conclui que a nova intuição literária nada conterà dogmático, - será um resultado do espírito geral da crítica contemporânea. Esta definição, que tem a desvantagem de não ser uma definição estética, traz em si uma ideia compreensível, assaz vasta, flexível, e adaptável a um tempo em que o espírito recua os seus horizontes. Mas não basta à poesia ser o resultado geral da crítica do tempo; e sem cair no dogmatismo, era justo afirmar alguma coisa mais. Dizer que a poesia há de corresponder ao tempo em que se desenvolve é somente afirmar uma verdade comum a todos os fenômenos artísticos. Ao demais, há um perigo na definição deste autor, o de cair na poesia científica, e, por dedução, na poesia didática, aliás inventada por Lucrecio (ASSIS, 1962: 813).*

O argumento crítico-moderno romeriano representa para Machado a síntese de um sentimento meramente juvenil e destruidor que move, não apenas parte da nova geração brasileira de 1870, mas renova uma condição juvenil ao pensamento brasileiro, como se ele estivesse fadado a ser jovem em toda a sua trajetória. A remissão à juventude de ideias, feita dessa maneira, se converte em estagnação e incapacidade de crescimento.

A recepção apressada do “influxo externo” invalida a capacidade crítica e, por conseguinte, anula a condição brasileira, notadamente receptiva. O desenvolvimento de um

novo repertório científico moderno demandava da nova geração não só o estabelecimento de uma ruptura ante o passado, diante do inevitável movimento de renovação ao qual qualquer movimento intelectual estaria suscetível, submetido que era à dinâmica do tempo, mas fundamentalmente uma tomada de posição crítico-receptiva diante do “influxo externo”.

### **Considerações finais**

Cada um à sua maneira, Silvio Romero e Machado de Assis enfatizaram a importância da presença do influxo externo europeu no pensamento brasileiro sem, no entanto, inibir a força do princípio seletivo brasileiro ante a esse repertório. Eles acentuam o papel do contexto de experiência na reformulação das novas teorias, com a diferença que enquanto Romero destaca a necessidade de atualização em face da marcha civilizada, Machado recusa a ideia de progresso própria ao conceito de civilização e demanda da nova geração o investimento em uma forma, aberta ao influxo, mas capaz de reajustá-lo em outros termos.

Machado eleva, deste modo, a necessidade do letrado brasileiro em empreender um procedimento crítico-receptivo, não só diante das condições daquele contexto de efervescência do discurso de modernidade próprio à Geração de 1870, mas como condição do pensamento brasileiro em qualquer época, diante de sua vocação receptiva. Eis desafio principal dos novos de 1870: empreenderem um tipo de recepção que não apenas use o Brasil como laboratório a serviço da comprovação do repertório moderno, mas que o confronte, levando em conta as particularidades do meio brasileiro, inclusive a experiência histórica acumulada até ali. Para Machado, por mais que pretendesse refundar o pensamento brasileiro em referências completamente novas, a nova geração não conseguiria reescrever as letras brasileiras a partir de um vazio: havia uma sobreposição entre princípios modernos nacionais próprios, associados às prerrogativas das outras gerações que lhes antecederam. Eis o Calcanhar de Aquiles da Geração de 1870 e, também, das novas gerações futuras.

## Referências bibliográficas

ALONSO, A. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ASSIS, J. M. M. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1962, 3 v.

BAPTISTA, A. B. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

CANDIDO, A. *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978

GUIMARÃES, H. de S. *Machado de Assis, o escritor que nos lê: a figura e a obra machadianas através da recepção e das polêmicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MELLO, M. T. C. de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

PALTI, E. J. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

PINHA, D. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870 [Tese de Doutorado]*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

ROCHA, J. C. de C. *Machado de Assis: por uma poética da Emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ROMERO, S. Explicações indispensáveis: Prólogo a Tobias Barreto. In: *Vários escritos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, 1900.

ROMERO, S. Introdução de A literatura brasileira e a crítica moderna. In: CANDIDO, A. *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, 2 vols.

ROMERO, S. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988

SALLES, R. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Topbooks, Rio de Janeiro, 1996.

SCHNEIDER, A. L. *Silvio Romero, hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005.

SCHNEIDER, A. L. Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, raça e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880). *ALMANACK*, n. 18, p. 451-488, 2018.

SCHNEIDER, A. L. Sílvio Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos. *Intelligere*, v. 2, p. 49-67, 2016.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Liv. Duas Cidades/ Editora 34, 2000.

STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização – ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TURIN, R. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. In: *História da Historiografia*, número 02, março de 2009.

**Recebido em:** 18 de novembro de 2019

**Aceito em:** 28 de fevereiro de 2020